

Câmara de S.Caetano reprova contas de dois ex-prefeitos em sessão única

PINHEIRO E AURICCHIO

Poder Legislativo de São Caetano rejeita prestação de contas de dois ex-prefeitos

A Câmara de São Caetano reprovou os balancetes referentes a 2016, último ano da gestão do então prefeito Paulo Pinheiro (à época no MDB), e de 2023, do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD). O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já havia se manifestado pela rejeição da contabilidade de Pinheiro e aprovação dos números de Auricchio. “O que ocorreu em 2016 é exatamente o que a CPI encontrou em 2024. Um artifício para manobrar as contas”, disse o vereador Edison Parra. **Política 3**

Câmara de S.Caetano reprova contas de dois ex-prefeitos em sessão única

Paulo Pinheiro teve contabilidade de 2016 rejeitada e José Auricchio Júnior, a de 2023; políticos podem ficar ineligíveis

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@igatoc.com.br

A Câmara de São Caetano levou ontem a plenário os relatórios do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) referentes aos balancetes de 2016, último ano da gestão do então prefeito Paulo Pinheiro (à época no MDB), e de 2023, do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD). Embora a Corte tenha recomendado a rejeição da contabilidade apresentada por Pinheiro e a aprovação da de Auricchio, os vereadores decidiram rejeitar os dois exercícios por entender que houve manobras fiscais.

Com as rejeições, os ex-mandatos podem ficar indefeitos por até oito anos, a depender de eventual análise da Justiça caso pretendam registrar candidatura. A possibilidade de está prevista em jurisprudência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

As contas de Paulo Pinheiro, referentes a 2016, já haviam passado pelo plenário em 2022. Na ocasião, governadores mantiveram o parecer do TCE-SP pela não aprovação. Foram 14 votos a 3, com duas abstenções – naquele ano, o Legislativo não-cate-

nense tinha 19 cadeiras. Com a derrota, o ex-prefeito recorreu ao Judiciário e conseguiu suspender a decisão sob a alegação de falhas no rito processual. Com o fim da ação, a matéria precisou retornar à Câmara para nova apreciação.

“A Justiça reconheceu irregularidades no processo administrativo. A decisão apontou falhas no contraditório e a ampla defesa e suspendeu o julgamento das contas. Com a decisão, o procedimento foi retomado e os atos instrutórios realizados anteriormente e considerados regulares foram mantidos aprovados com a continuidade da ação”, explicou o atual líder de governo, vereador César Oliva (PSD).

Procurando, o Legislativo de São Caetano informou que as contas de 2016, já apreciadas pelos vereadores, “foram objeto de judicialização pelo então responsável, o ex-prefeito Paulo Pinheiro. Em razão do decorrer da ação, a Câmara precisou reanalisar atos processuais relacionados à sua tramitação, impondo nova apreciação da matéria.”

No caso das contas de Auricchio, o TCE-SP e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, presidida por Cic-



PINHEIRO. Não se manifestou sobre a rejeição



AURICCHIO. Uma decisão política, não técnica

inho Moreira (PL) com Marcel Munhoz (Progressistas) na vice-presidência, além de Wálter Macedo (PSB) e Daniel Góes (PSD) como membros, haviam se manifestado pela aprovação.

O plenário, porém, acompanhado o voto em separado de Edison Parra (Podemos), também membro da comissão, que defendeu a rejeição do balancete. O vereador apontou um aumento substancial da dívida pública entre 2018 e 2023, especialmente em razão de empréstimos que, segundo ele, cresceram 1.424%, passando de R\$ 10,6 milhões pe-

ra R\$ 161,5 milhões.

“É extremamente preocupante a expressiva elevação dos valores relativos a empréstimos e financiamentos no período, evidenciando significativo aumento do endividamento”, afirmou Parra. O vereador apontou que a dívida consolidada saltou 52% de 2022 para 2023 quando atingiu R\$ 487 milhões.

Parra ainda traçou um paralelo entre as gestões de Pinheiro e a de Auricchio ao mencionar o cancelamento de empréstimos e pagamentos no último ano dos respectivos mandatos, com impacto sobre o caixa en-

tregue para os sucessores.

“Em 2016, foram destinados R\$ 238 milhões de menos a pagar e apenas R\$ 26 milhões em caixa”, citou o vereador, ao lembrar que a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, da qual foi relator, identificou que, em 2024, a Prefeitura deixou R\$ 325 milhões em menos a pagar e aproximadamente R\$ 76 milhões nos cofres da Prefeitura. O déficit total ao fim daquele ano superou R\$ 1 bilhão, segundo o relatório fiscal auditado por empresa especializada.

“O que aconteceu em 2016 é exatamente o que a CPI en-

controu em 2024. Cancelamentos de liquidações. Um artifício para manobrar as contas. Teve pedida, manobras de ocultação e jogada de um ano para o outro. Um absurdo”, explicou Parra, sobre os argumentos para convencer os colegas pela rejeição das contas de Auricchio sobre ser mudado de opinião em relação à contabilidade de Pinheiro, quando votou pela aprovação.

Votaram contrariamente ao relatório do TCE-SP sobre as contas de 2016, os vereadores Jander Lira (PSB), que foi secretário municipal de gestão, e Olymbio Volhardi (PSD). Genário Filho (União Brasil) se absteve. Outros 17 dos 20 votos possíveis decidiram pela rejeição. No caso de Auricchio, Olymbio foi único a votar a favor do parecer pela aprovação das contas. Genário se absteve.

Carlos Humberto Seraphim, o Dr. Seraphim (PL), chefe do Legislativo, se ausentou da sessão concluída pelo vice-presidente Rodnei Alcântara, e Professor Rônei (PSD). Alguém ter participado de uma reunião no Capitão, mas que não poderia votar as contas de 2024 por ser parte interessada, era ex-prefeito.

Instado a se manifestar, Auricchio disse que a rejeição das contas “evidencia uma decisão de natureza política, distinta da análise técnica realizada pelo órgão competente de controle externo” e que a decisão “não altera o conteúdo, os fundamentos ou a conclusão do parecer técnico do TCE”.

Paulo Pinheiro não se pronunciou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: Capa + página 3